



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMUNICADO FINAL DO XVIII CONSELHO COORDENADOR



INDUSTRIALIZAÇÃO:

“Factor de diversificação económica e Promoção de Investimentos”

14 à 16 de Outubro de 2020
Posto Administrativo de Chidenguele
Distrito de Mandlakazi, Província de Gaza



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

XVIII CONSELHO COORDENADOR

- COMUNICADO FINAL -



ÍNDICE

INTRUDUÇÃO	5
ACRÓNIMOS	6
III. AGENDA DO XVIII CONSELHO COORDENADOR	9
3.1. Bloco I: Planificação	9
3.2. Bloco II: Industrialização.....	9
3.3. Bloco III: Acesso Sustentável aos Mercados	10
3.5. Visita a Empreendimentos Económicos	10
3.6. Sessão de Encerramento.....	10
I. INTRODUÇÃO	11
II. SESSÃO DE ABERTURA	12
IV. BLOCO I: PLANIFICAÇÃO.....	16
4.1. Apresentação do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024 e Plano de Acção de Implementação dos Projectos Estruturantes	16
4.2. Apresentação do Balanço Preliminar do Plano Económico e Social - PES 2020 (Janeiro - Setembro) e Perspectivas 2021	17
4.3. Metodologia sobre Planificação.....	18
4.4. Quadro de Reforma Legal sobre Descentralização	19
V. BLOCO II: INDUSTRIALIZAÇÃO.....	20
5.1. Proposta de Programa Nacional de Industrialização	20
5.2. Reflexão sobre o Consumo Nacional	20
5.3. Política Fiscal no Contexto da Industrialização.....	21
5.4. Sustenta - Programa Nacional de Integração da Agricultura Familiar em Cadeias de Valor Produtivas.....	21
5.5. Expansão e Sustentabilidade das Incubadoras com Vista a Criação de Condições para o Fortalecimento das Capacidades de MPME's	22
VI. BLOCO III: ACESSO SUSTENTÁVEL AOS MERCADOS.....	23
6.1. Oportunidades de Acesso aos Mercados e Mecanismos de Promoção de Investimento	23
6.2. Papel do MIC na Presidência da SADC	24
VII. QUESTÕES INSTITUCIONAIS	25
VIII. VISITA A EMPREENDIMENTOS ECONÓMICOS	26
IX. OUTRAS ACTIVIDADES COMPLEMENTARES A AGENDA.....	28
X. SESSÃO DE ENCERRAMENTO	28
10.1. Apresentação da Matriz de Deliberações.....	28
10.2. Nomeação do GPC 2021.....	29
10.3. Discurso de Encerramento.....	29
MATRIZ DE ACÇÕES DO XVIII CONSELHO COORDENADOR.....	31
XI. GALERIA DE FOTOS	40



ACRÓNIMOS

ADVZ	Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze
APIEX	Agência para Promoção de Investimentos e Exportações
BAÚ	Balcão de Atendimento Único
BMM	Bolsa de Mercadorias de Moçambique
CAIC	Complexo AgroIndustrial de Chokwé
CC	Conselho Consultivo
CM	Conselho de Ministros
CONFAN	Comité Nacional de Fortificação de Alimentos
CT	Conselho Técnico
DNADSP	Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento ao Sector Privado
DNCE	Direcção Nacional do Comércio Externo
DNCI	Direcção Nacional do Comércio Interno
DNI	Direcção Nacional da Indústria
DPE	Direcção de Planificação e Estudos
DPIC's	Direcções Provinciais da Indústria e Comércio
GPC	Grupo de Preparação do Conselho Coordenador
ICM	Instituto de Cereais de Moçambique
INAE	Inspecção Nacional de Actividades Económicas

INNOQ	Instituto Nacional de Normalização e Qualidade
IPEME	Instituto para Promoção de Pequenas e Médias Empresas
IPI	Instituto da Propriedade Industrial
IVA	Imposto de Valor Acrescentado
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAEF	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF-AT	Ministério da Economia e Finanças-Autoridade Tributária
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MPME's	Micro, Pequenas e Médias Empresas
PEI	Política e Estratégia Industrial
PEPIE	Plano Estratégico de Investimento Privado e Exportações
PES	Plano Económico Social
PIB	Produto Interno Bruto
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PRONAIMO	Programa Nacional Industrializar Moçambique
SADC	Southern African Development Community
SPAE's	Serviços Provinciais de Actividades Económicas





III. AGENDA DO XVIII CONSELHO COORDENADOR

SESSÃO DE ABERTURA

3.1. BLOCO I: PLANIFICAÇÃO

- 3.1.1. Apresentação do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024 e Plano de Acção de Implementação dos Projectos Estruturantes.
- 3.1.2. Apresentação do Balanço Preliminar do Plano Económico e Social - PES 2020 (Janeiro - Setembro) e Perspectivas 2021.
- 3.1.3. Metodologia sobre Planificação.
- 3.1.4. Quadro de Reforma Legal sobre Descentralização.

3.2. BLOCO II: INDUSTRIALIZAÇÃO

- 3.2.1. Proposta de Programa Nacional de Industrialização.
- 3.2.2. Reflexão sobre o Consumo Nacional.
- 3.2.3. Política Fiscal no Contexto da Industrialização.
- 3.2.4. Sustenta - Programa Nacional de Integração da Agricultura Familiar em Cadeias de Valor Produtivas.
- 3.2.5. Expansão e Sustentabilidade das Incubadoras com Vista a Criação de Condições para o Fortalecimento das Capacidades de MPME's.

3.3. BLOCO III: ACESSO SUSTENTÁVEL AOS MERCADOS

- 3.3.1. Oportunidades de Acesso aos Mercados e Mecanismos de Promoção de Investimento.
- 3.3.2. Papel do MIC na Presidência da SADC.
- 3.4. Questões Institucionais:
 - 3.4.1. Informação sobre o censo da rede comercial.
 - 3.4.2. Informação sobre mapeamento industrial.
 - 3.4.3. Recomendações sobre as visitas de S. Excelências Ministro e Vice-Ministra e Base de dados.

3.5. VISITA A EMPREENDIMENTOS ECONÓMICOS:

- 3.5.1. Complexo Agro Industrial de Chokwé.
- 3.5.2. Unidade de Processamento de Frangos - João Lopes e Herdeiros (Messano, Distrito do Bilene).

3.6. SESSÃO DE ENCERRAMENTO.



I. INTRODUÇÃO

De 14 à 16 de Outubro de 2020, na Sala de Conferências do Hotel Lake View, no Posto Administrativo Chidenguele, Distrito de Mandlakazi, Província de Gaza, teve lugar, sob a direcção de Sua Excelência Carlos Alberto Fortes Mesquita, Ministro da Indústria e Comércio, o XVIII Conselho Coordenador do Ministério da Indústria e Comércio, acompanhado de Sua Excelência Ludovina Bernardo, Vice-Ministra e do Excelentíssimo Senhor Jorge Jairoce, Secretário Permanente.

O XVIII Conselho Coordenador do MIC, tendo como lema “Industrialização: Factor da diversificação económica e promoção de investimentos”, reuniu Inspetor-geral, Directores Nacionais e Adjuntos, Dirigentes das Instituições Tuteladas e Subordinadas, Assessores e Assistentes, Directores dos Serviços Provinciais das Actividades Económicas, Directores Provinciais da Indústria e Comércio, Directores Executivos de BAÚ, Conselheira Económica e Comercial de Moçambique no Reino da Bélgica e Países Baixos, Coordenadora do Programa de Fortificação de Alimentos, técnicos do órgão central e provincial, Representantes do MAEFP, MEF-AT, MADER e ADVZ.

Estiveram presentes no XVIII Conselho Coordenador 86 participantes.

O presente Comunicado Final e respectiva matriz de deliberações, bem como os discursos de abertura e de encerramento constituem os documentos de referência para compreensão, implementação e monitoria das decisões e recomendações tomadas durante o XVIII Conselho Coordenador.



II. SESSÃO DE ABERTURA

A sessão de abertura contou com a presença de Suas Excelências Amosse Macamo, Secretário do Estado da Província de Gaza, Margarida Mapandzene, Governadora da Província de Gaza e do Excelentíssimo Senhor Raul Ouana, Administrador do Distrito de Mandlakazi, que na sua intervenção, saudou e desejou boas vindas aos membros e convidados de Conselho Coordenador, caracterizou o potencial económico e turístico do Distrito, tendo por fim desejado boa estadia e bom trabalho a todos.

Sua Excelência Margarida Mapandzene, Governadora da Província de Gaza, na sua intervenção, igualmente saudou em nome do Conselho Executivo Provincial e em seu nome pessoal, os membros e convidados do XVIII Conselho Coordenador do Ministério da Indústria e Comércio, endereçando calorosas saudações a Gaza.

Em seguida realçou o franco crescimento económico que a Província de Gaza vem

registrando, em especial no sector do agronegócio, tendo destacado a implantação de Unidades de Agro-processamento, tais como as fábricas de processamento de arroz da Afromoz e Wanbao em Bilene e Xai-Xai respectivamente e o matadouro de frango em Mandlakazi. Estes investimentos constituem um testemunho inequívoco do compromisso do Governo em criar unidades económicas nas zonas rurais, como forma de criação de postos de trabalho, melhoramento da renda familiar e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida da população.

Apresentou como preocupação da Província, a necessidade da operacionalização do Complexo Agro-Industrial do Chokwé (CAIC), de modo a tornar efectivo e completo a cadeia de valor da cultura do arroz, dado o potencial de produção instalado no Regadio de Chokwé, que na maioria das vezes faz com que os produtores locais sejam obrigados a vender a matéria-prima á processadoras de outras Províncias.

Por fim, desejou boas-vindas aos participantes do XVIII Conselho Coordenador, augurando-lhes frutíferas deliberações, tendo encorajados a desfrutarem da gastronomia local com particularidade para o Xiguiha, Tihove e Matapa para além de outras ofertas e facilidades turísticas locais.

Sua Excelência Amosse Macamo, Secretário do Estado da Província de Gaza, na sua intervenção, começou por saudar a Sua Excelência FILIPE JACINTO NYUSI, Presidente da República, pelo seu pragmatismo na governação com destaque para a agenda da paz e desenvolvimento de Moçambique.

Em seguida saudou Sua Excelência Carlos Alberto Fortes Mesquita, Ministro da Indústria e Comércio, bem como a sua equipa de trabalho, tendo se regozijado pelo facto do Ministério da Indústria e Comércio ter escolhido a Província de Gaza para acolher o seu XVIII Conselho Coordenador, felicitando pelas suas realizações no âmbito da materialização do PQG.

Realçou ainda que XVIII Conselho Coordenador realiza-se num

contexto em que na Província de Gaza, ainda não se verifica uma presença expressiva do sector industrial, pese embora o grande potencial de que a mesma dispõe, com destaque para a Agricultura, Pecuária e Turismo. Referiu-se ao facto, de muito a propósito, estar para breve, prevista a apreciação e aprovação pelo Conselho de Ministros, do Vale do Limpopo, como zona económica especial de agonegocio.

Na sua intervenção, também abordou ao Programa SUSTENTA, que para a Província de Gaza, estabeleceu um pacote de estímulos do investimento privado para o sector da agricultura, com destaque para a cultura do arroz, com recurso a novas tecnologias de produção, acesso ao mercado de insumos, dinamização da indústria de processamento, em particular a operacionalização do CAIC.

Manifestou o interesse estratégico de se operacionalizar e expandir os serviços do e-BAU para os Distritos e Municípios, como forma de assegurar a proximidade dos serviços ao cidadão. Finalmente, desejou bom trabalho aos participantes do XVIII Conselho Coordenador.

Sua Excelência Carlos Alberto Fortes Mesquita, Ministro da Indústria e Comércio, no seu discurso, saudou a todos os presentes e participantes ao XVIII Conselho Coordenador do MIC enfatizando a dimensão histórica do mesmo por ser o primeiro do presente ciclo governativo e uma oportunidade relevante de juntar a família MIC para o alinhamento operacional face aos desafios que se colocam ao sector.

De forma especial, saudou as Suas Excelências o Secretário do Estado e a Governadora da Província de Gaza, por terem aceite acolher este magno evento do MIC.

De forma prévia e realçando o contexto em que o XVIII Conselho Coordenador realiza-se em face dos índices crescentes de contaminação do COVID-19, exortou aos participantes para que cumprissem rigorosamente as medidas de prevenção emanadas pelo Governo de modo que a sessão seja exemplar e decorra sem sobressaltos.

Referiu que no presente quinquénio, 2020-2024, o sector da indústria e comércio vai continuar a concentrar esforços nas intervenções enquadradas na Prioridade II: “Impulsionar o Crescimento Económico, a Produtividade e a Geração de Emprego”, devendo para a sua

materialização adequar sua abordagem operacional de modo a acelerar o crescimento económico, com impacto na redução das desigualdades e assimetrias, na geração de rendimentos e no aumento do emprego.

Desafiou o XVIII Conselho Coordenador em sede da agenda de trabalho prevista, a encontrar o melhor alinhamento relativamente a planificação integrada, reflectir e buscar “caminhos” para melhorar a competitividade das empresas, assente na mobilização, promoção e diversificação de investimentos, no desenvolvimento das MPME’s, na transformação gradual do comércio informal para o formal, na massificação e transferência de tecnologia, na geração de riqueza e duma forma geral a prestar melhor atenção na busca pelo crescimento e desenvolvimento económico inclusivo, para garantir o bem-estar do cidadão.

Realçou a necessidade do Conselho Coordenador reforçar as sinergias multi-sectoriais, e intra-sectorial, tendo em vista o potenciamento do desenvolvimento industrial e comercial para fazer face aos desafios impostos pela conjuntura actual da COVID-19, que é um cenário complexo mas também de oportunidades, exigindo por isso, respostas que se mostrem verdadeiramente eficazes para

dinamização da economia real em planos distintos mas complementares, a nível central e local.

Sem prejuízo de ter no dia a dia o PES como instrumento operacional, referiu também ser oportunidade deste XVIII Conselho Coordenador pensar na implementação de um Plano Nacional de Relançamento da Actividade Económica, considerando a premissa “Um País, Uma Visão, Uma Estratégia de Desenvolvimento do Sector da Indústria e Comércio”, que agregue os vários intentos estratégicos que se encontram consagrados no PQG 2020-2024 como bússola orientadora, tendo em conta os pressupostos operacionais previstos nos diferentes documentos vigentes e por rever existentes no sector.

Ainda na sua locução acrescentou ser um grande desafio neste quinquênio, a redução do défice da balança comercial, sendo necessário para o efeito, a promoção da industrialização orientada para a modernização da economia e aumento das exportações para mercados preferenciais já negociados e novos por mobilizar, investimentos e parcerias, a segurança alimentar

e a estabilização de preços, priorizando a cadeia de valor dos produtos primários nacionais, a integração do conteúdo local e a melhoria do ambiente de negócios. Sua Excelência o Ministro enfatizou que a aposta na industrialização no presente quinquênio irá permitir que a contribuição no PIB deste sector, passe de 5,5% para 9%, com particular enfoque na profissionalização e modernização das MPME's como força motriz do processo de desenvolvimento do país, sempre valorizando o esforço do camponês através de práticas de preços justos.

Corroborou a necessidade de buscar-se fundamentos para a dinamização da comercialização agrícola e a focalização de alguns subsectores da indústria, particularmente na agro-indústria e a produção alimentar, sustentada também na revisão qualitativa e corporativa do selo “Orgulho Moçambicano: Made in Mozambique”, como marca efectiva e competitiva da identidade da produção nacional.

Por fim, Sua Excelência o Ministro recordou o facto histórico de durante a 40ª Cimeira Ordinária virtual dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada na Cidade de Maputo no dia 17 de

Agosto de 2020, Moçambique ter assumido a presidência rotativa da SADC para o ano 2020-2021, o que impõe que o MIC a nível central e local, tenha um papel activo no contributo para o fortalecimento da diplomacia económica com vista ao aumento da competitividade do país.

Com olhos postos nos resultados que se esperam da presente agenda, Sua Excelência o Ministro exortou aos membros do Conselho Coordenador a um frutuoso

trabalho, abertura, objectividade e franqueza na discussão e apresentação de propostas. Assim sendo, declarou aberto o XVIII Conselho Coordenador do Ministério da Indústria e Comércio com o lema “Industrialização: factor da diversificação económica e promoção de investimentos”.

Findas as intervenções da sessão de abertura, seguiu-se um momento cultural, visita a uma exposição de produtos locais e uma foto de família.



IV. BLOCO I: PLANIFICAÇÃO

4.1. Apresentação do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024 e Plano de Acção de Implementação dos Projectos Estruturantes

projectos estruturantes inscritos nos domínios da indústria (11), do Comércio (03) e da Prestação de Serviços (10) em linha com o previsto e para concretização do PQG tendo em vista a melhoria da balança comercial.

Neste ponto, o Conselho Coordenador apreciou os

Com efeito e com vista a sua melhor socialização e integração

local, o Conselho Coordenador recomendou que os SPAE's e DPIC's devam:

1. Incorporar e proceder o acompanhamento do Plano de Acção nos seus planos locais.
2. Actualizar e de forma regular apresentar o ponto de situação da sua implementação local.

4.2. Apresentação do Balanço Preliminar do Plano Económico e Social - PES 2020 (Janeiro - Setembro) e Perspectivas 2021

Para o período de Janeiro a Setembro corrente, apesar do impacto dos factores exógenos fortemente caracterizados pelos desastres naturais recorrentes e a pandemia do Covid 19, o Conselho Coordenador apreciou e registou:

- a. A produção industrial no valor de cerca de 67.216,1 milhões de MT, correspondente a um decréscimo na ordem dos 4,8%, resultante da contribuição de quase todas as divisões industriais.
- b. A comercialização de cerca de 11,367,645 toneladas de produtos diversos, o

que representa um nível de realização de 76,4% em relação ao planificado de 14.864.367.39 que em si representa um incremento de 8,7%, comparativamente ao comercializado e previsto na campanha de 2019 que foi de 13.578.155 tons.

- c. A exportação de cerca de 100.000 toneladas de feijão boér de uma meta de 200.000 toneladas previstas para o presente ano.
- d. A fiscalização de 26.414 unidades económicas, o que representa um crescimento em mais de 100,0% da meta prevista.
- e. A assistência de 1546 MPME's o que representa um decréscimo de 20,1% comparado com o igual período de 2019.
- f. A aprovação de 197 projectos de investimento com impacto na geração de emprego.
- g. O registo e concessão de 3.671 direitos da propriedade industrial com impacto na inovação.
- h. A verificação de 352 instrumentos de medição, a calibração de 1.024

instrumentos de medição, a fiscalização de 3.677 amostras de produtos pré-medidos bem como a certificação de 3 produtos e 7 empresas.

- i. A redução dos fluxos de exportação e importação na ordem de 31% e 11% respectivamente, agravando o défice em 27% da balança comercial que sistematicamente esta concentrado na fraca adição de valor e em bens intermédios respectivamente.

O XVIII Conselho Coordenador, da avaliação feita ao sector da Indústria e Comércio, constatou e concluiu um desempenho de progresso, que mostra perspectivas encorajadoras de cumprimento até o fim do exercício 2020, sendo de assinalar as projecções incorporadas na proposta do PES 2021 que entre outros aspectos prevê a constituição de reserva física estratégica de segurança alimentar de 20.000 toneladas de produtos.

4.3. Metodologia sobre Planificação

Com vista a harmonização da abordagem do processo e ciclo de planificação e orçamentação que se impõe integrado, o

Conselho Coordenador apreciou as metodologias e orientações para elaboração do PES e do Orçamento do Estado para ano 2021 e seguintes em linha com os desafios impostos pelo novo modelo de descentralização em vigor.

Com efeito, o XVIII Conselho Coordenador recomendou:

1. Que se partilhe os Discursos de abertura e de Encerramento bem assim a brochura do XVIII Conselho Coordenador com todos os Órgãos de Governação Descentralizada Provincial e Órgãos de Representação do Estado na Província para melhor entendimento das orientações emanadas para o sector da indústria e Comércio.
2. Reduzir o défice da balança comercial através da produção e consumo de produtos nacionais.
3. Os Conselheiros Comerciais nas Embaixadas devem dinamizar a mobilização e atração de investimentos para o país.
4. Com apoio dos SPAE's e DPIC's, se capitalize e se promova o exemplo

demonstrado pelo Distrito de Inharrime na liderança e efectividade operacional da criação de um parque industrial local.

5. Que as Províncias através dos SPAE's e DPIC's priorizem a demarcação das áreas para o estabelecimento de parques industriais no âmbito da mobilização de investimentos.
6. Que se inclua uma cláusula percentual que estabeleça como garantia a reserva alimentar nos contratos de Parceria Pública Privada para gestão dos silos.
7. Que os SPAE's e DPIC's sensibilizem a todos os intervenientes da cadeia de comercialização (Mukheristas e grandes superfícies) para a compra de produtos locais.
8. Promover e garantir um processo de gestão transparente, eficiente a partir de um trabalho colectivo e de resultados, motivado, articulado, integrado e baseado numa comunicação regular e

de partilha de informação horizontal (intra-local) e vertical (do órgão central ao local) na prossecução das actividades do sector da Indústria e Comércio.

4.4. Quadro de Reforma Legal sobre Descentralização

No interesse de aprofundar e melhorar o conhecimento e as implicações positivas sobre a legislação do novo quadro de descentralização que tem como base a revisão pontual da Constituição da República de Moçambique, aprovada pela Lei n.º 01/2018, de 12 de Junho, o Conselho Coordenador apreciou com prioridade de melhor entrosamento, a necessidade imediata e permanente dos SPAE's, DPIC's e o MIC ajustarem de forma articulada e construtiva o processo de planificação e implementação das actividades respeitando os limites funcionais de cada órgão.

Considerando as alterações introduzidas no domínio da descentralização e desconcentração, o XVIII Conselho Coordenador apreciou o trabalho em curso da inventariação da legislação que se encontra desajustada e recomendou para a necessidade do sector proceder e revisão do quadro legal vigente.



V. BLOCO II: INDUSTRIALIZAÇÃO:

5.1. *Proposta de Programa Nacional de Industrialização*

O Conselho Coordenador assinalou a importância de se operacionalizar a PEI com um melhor enfoque e priorização em sectores que podem contribuir na substituição das importações e aumento da valorização das potencialidades e produção nacionais, focada em eixos estratégicos prioritários, designadamente “infra-estruturas de suporte e apoio à industrialização e comercialização”, “Ambiente de Negócios”, “Desenvolvimento Institucional” e “Conteúdo Local”.

O Conselho Coordenador reconheceu que o PRONAIMO pode ser uma abordagem operacional e estruturante para dinamizar a visão estratégica do MIC no médio e longo prazos, pelo que também exortou o massivo envolvimento das orgânicas e dos SPAE's e DPIC's.

Com efeito, o XVIII Conselho Coordenador recomendou que se avance com a conclusão

do modelo operacional do PRONAIMO e seu cronograma, no pressuposto de mobilização conjunta de parceiros e recursos, socializando a participação activa o envolvimento das províncias através dos SPAE's e DPIC's.

5.2. *Reflexão sobre o Consumo Nacional*

O Conselho Coordenador reconheceu a pertinência da valorização da produção nacional e que tem expressão no Selo “Orgulho Moçambicano. Made In Mozambique” no seu contexto de aprovação, apreciou a oportunidade conjuntural que se impõe para a sua revitalização e revisão com impacto estruturante na competitividade e qualificação do sector produtivo e desenvolvimento de cadeias de valor.

A este respeito, o Conselho Coordenador exortou ao MIC e as províncias através dos SPAE's e DPIC's para de forma institucional e individual assumirem o exemplo fora de portas, nas comunidades e meio social, a valorização do

consumo nacional, assente num forte programa de comunicação corporativa massivo e segmentado. Com efeito, o XVIII Conselho Coordenador recomendou o aprimoramento do referencial da revisão e que se avance na institucionalização de um “Programa Integrado de Valorização da Produção Nacional” salvaguardando, o quadro legal do selo e sua tipologia, a qualidade e propriedade industrial, as boas práticas produtivas e fiscalização, a contratação pública obrigatória em modalidades e sectores específicos, a contratação de aquisição intra-empresas, as cadeias de valor de referência local e internacional (regras de origem), os estímulos financeiros e a credenciação para conteúdo nacional/grandes projectos. Recomendou igualmente a apresentação do mesmo no Conselho de Ministros (CM).

5.3. Política Fiscal no Contexto da Industrialização

O Conselho Coordenador referindo-se a dimensão disruptiva que alguma carga fiscal tem em subsectores produtivos específicos que poderiam dinamizar as cadeias de valor produtivas, apreciou a pertinência de urgentemente se integrar o grupo técnico e

apresentar-se propostas junto do MEF para a revisão dos referidos instrumentos.

O Conselho Coordenador constatou que o MEF está proceder a revisão do Código de Imposto de Consumo Específico, Código do IVA e a Pauta Aduaneira e registou a necessidade de se pensar num quadro de medidas de protecção e estímulo a indústria nacional, através de medidas de salvaguarda e outras associadas directamente a produção para fortalecer a indústria nascente.

A este respeito, o XVIII Conselho Coordenador recomendou a integração e submissão de propostas para a revisão da (i) Lei e Regulamento de Investimentos; (ii) Código de IVA; (iii) Código de Impostos Específicos; e a (iv) Pauta Aduaneira junto do MEF.

5.4. Sustenta - Programa Nacional de Integração da Agricultura Familiar em Cadeias de Valor Produtivas

O Conselho Coordenador pela necessidade imprescindível de integração funcional entre o MIC e o MADER, apreciou o ciclo operacional que o programa SUSTENTA prossegue e o seu nível de co-penetrabilidade

nas dimensões central e local especialmente para inclusão, geração de renda e contributo na diversificação de exportações.

Com efeito, o XVIII Conselho Coordenador, recomendou que o roteiro operacional do SUSTENTA nos aspectos referentes a industrialização, comercialização e internacionalização de cadeias de valor, fosse integrado na matriz estruturante do MIC, sua integração operacional provincial (trabalho diário entre SPAE's/ DPIC's e Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural), implementação e acompanhamento.

5.5. Expansão e Sustentabilidade das Incubadoras com Vista a Criação de Condições para o Fortalecimento das Capacidades de MPME's

O Conselho Coordenador apreciou a importância estratégica das incubadoras como um mecanismo piloto que pode liderar o processo de industrialização rural (incluindo a de micro dimensão) e o MIC equacionou como estruturante para o quinquênio através da

expansão e fundamentalmente a sustentabilidade.

A propósito, o Conselho Coordenador registou o potencial de viabilidade e integração estratégica de parceiros que deve ser explorada para Incubadora de Manica, o due diligence realizado para a categorização do perfil temático e cronograma do processo de implantação das futuras incubadoras em Cabo Delgado, Nampula, Inhambane e Niassa e o papel importante que os SPAE's e DPIC's devem jogar no processo.

Com efeito, o XVIII Conselho Coordenador recomendou:

1. Promoção e Consumo dos produtos da Incubadora de Manica.
2. Formalização junto do Governo da Índia através do Alto Comissariado em Moçambique do pedido de apoio para o processo de expansão e linhas de financiamento para aquisição do equipamentos.
3. Prosseguir com a mobilização de parcerias e encontro com a Total Moçambique.



VI. BLOCO III: ACESSO SUSTENTÁVEL AOS MERCADOS:

6.1. Oportunidades de Acesso aos Mercados e Mecanismos de Promoção de Investimento

O Conselho Coordenador em sede do desafio de materializar a acção quinquenal estruturante para “maximização e diversificação das exportações e investimentos”, apreciou a necessidade do MIC no seu ecossistema que compreende os níveis central, provincial e internacional em vista da melhoria da balança comercial, ser proactivo e melhorar o acesso efectivo dos mercados preferenciais e dos novos mercados.

Neste sentido, o Conselho Coordenador constatou existir oportunidades significativas que podem permitir um incremento no acesso efectivo aos mercados, uma agenda melhor e orientada na mobilização proactiva de investimentos e a liderança do sector, nos temas referentes a gestão de quotas do açúcar e na emissão dos certificados de origem. Também apreciou a importância e

necessidade interventiva do papel dos Conselheiros Comerciais como agentes de informação e mobilizadores de investimento e acesso de mercados.

Assim sendo, o XVIII Conselho Coordenador recomendou que:

1. Os SPAE's e DPIC's liderem de forma informada e localmente o processo de dinamização de cadeias de valor em mercados.
2. Seja aprovado o guião e o modelo operacional dos Conselheiros Comerciais associado a instrumentos de planificação, avaliação e monitoria do seu desempenho.
3. Seja enviada informação e material promocional actualizado para os Conselheiros Comerciais e as Missões Diplomáticas e Consulares.
4. Seja elaborado e implementado em sede

de literacia de mercados, manuais/guiões de mercado associado a um programa de indução e formação dos SPAE's e DPIC's.

5. Seja avaliado o impacto de implementação dos diferentes acordos multilaterais e bilaterais de acesso a mercados, sua catalogação e avaliação para eventual revisão sempre que se justificar.

6.2. *Papel do MIC na Presidência da SADC*

O Conselho Coordenador, apreciou o modelo conceptual, o roteiro e cronograma operacional para a institucionalização do Fórum de Negócios da SADC baseado no país como um dos legados que Moçambique pretende deixar durante a

Presidência Rotativa da SADC cuja responsabilidade directa de concepção e implementação é do MIC em articulação com o MINEC, outros Ministérios e Governos Provinciais.

O Conselho Coordenador, pela relevância do evento cuja realização está prevista para Março de 2021 na Cidade de Maputo, considerou importante a dimensão local-regional prevista, tendo assinalado a importância do envolvimento e apropriação do mesmo pelos SPAE's e DPIC's para além das orgânicas que integram o grupo técnico.

Assim sendo, o XVIII Conselho Coordenador recomendou a implementação do roteiro e cronograma operacional com a necessidade de apresentação de balanços ao CM e Governos Provinciais.



VII. QUESTÕES INSTITUCIONAIS:

Informação sobre o censo da rede comercial; Informação sobre mapeamento industrial; Recomendações sobre as visitas de Suas Excelências Ministro e Vice-Ministra e Base de dados

Neste ponto, o Conselho Coordenador apreciou e encorajou o trabalho em curso de estruturação e aprimoramento da rede comercial, informação sobre o mapeamento industrial bem como as matrizes das visitas realizadas pela Direcção do Ministério e o processo em curso da criação da Base de dados estatística, tendo recomendado a necessidade de maior envolvimento dos SPAE's e DPIC's e uma efectiva implementação e monitoria das mesmas.

Adicionalmente, o Conselho Coordenador apreciou com preocupação o incumprimento da legislação referente a aplicação da caderneta de comercialização agrícola em alguns distritos da província da Zambézia (valores cobrados de forma indevida, falsificação e/ou multiplicação indevida de exemplares) e a

falta de planificação e inscrição orçamental para a impressão local das mesmas. Saudou e encorajou a réplica adaptada das boas experiências da implementação da caderneta realizadas e lideradas pelas DPIC's em outras províncias bem como a forma como a BMM pode capitalizar uma eventual integração da mesma na plataforma de intermediação.

Com efeito, o XVIII Conselho Coordenador recomendou o seguinte:

1. A elaboração e implementação do plano nacional da quadra festiva com envolvimento activo dos SPAE's e DPIC's.
2. Que as lideranças do MIC sejam na sua forma de actuação e responsabilidades humildes, pacientes, colegiais e didácticos.
3. Que o MIC central, os SPAE's e DPIC's dominem a estatísticas.
4. Criar-se um portfólio e registo de imagens institucionais actualizada para divulgação e uso sempre que necessário.
5. Que se conclua o processo de

- expansão e operacionalização efectiva dos e-BAÚ a nível dos distritos privilegiando a harmonização de procedimentos.
6. Que o IPEME, INNOQ e IPI estabeleçam delegações nas três regiões do país até Março de 2021.
 7. As orgânicas do MIC e os SPAE's e DPIC's devem continuamente melhorar a sua capacidade técnica.
 8. Actualização permanente dos portais corporativos do MIC e tuteladas.
 9. Que os SPAE's e DPIC's com apoio da DNCI e do ICM e intervenção da INAE, liderem, monitorem e promovam através de uma acção de capacitação a implementação e uso conforme das cadernetas de comercialização agrícola bem assim a respectiva impressão local.



VIII. VISITA A EMPREENDIMENTOS ECONÓMICOS

Alinhado ao lema e no âmbito das actividades do Conselho Coordenador, Sua Excelência Ministro e participantes efectuou e dirigiu uma visita a empresa Complexo Agro Industrial de Chokwé, dedicada a cadeia de processamento de arroz, castanha de caju e câmaras de conservação de hortícolas.

Nesta unidade fabril, Sua Excia Ministro constatou a situação preocupante de inoperabilidade da sua infra-estrutura produtiva e a ausência visível de limpeza e manutenção pela equipa de gestão, o que deprecia o seu valor como activo produtivo competitivo. Nesta visita, Sua Excia Ministro se fez acompanhar pela

Associação MUKHERO (informais) e AIMO – Associação Industrial de Moçambique e a Câmara de Comércio de Moçambique com objectivo de assegurar a ligação entre os produtores e operadores de comercialização com vista a substituição de importações e mobilização de parceiros para investimentos.

Sua Excelência Ministro se comprometeu em inteirar-se este dossier com o IGEPE sobre a perspectiva operacional do Complexo fabril para posteriormente o Ministério tomar uma posição e desse modo juntar-se ao esforço e contributo que o Complexo também beneficiará do SUSTENTA. A despeito, o Governo Distrital juntamente com a gestão da empresa, comprometeram-se no prazo de 15 dias em efectuar a limpeza e manter em condições as instalações.

Também foi efectuada a visita a Unidade de Processamento de Frangos - João Lopes e Herdeiros,

localizado no povoado de Messano, Distrito do Bilene dedicada a criação e processamento de frango de corte com uma capacidade de abate e processamento de 1500 aves por dia.

Nesta visita que foi dirigida por Sua Excelência Vice Ministra, para além da necessidade de utilizar as normas de qualidade relativas a área foi chamada a atenção aos proprietários no sentido de melhorar as instalações para evitar contaminação ao produto e salvaguardar questões higiénicas e sanitárias. Durante a visita foi também realçada a produção nacional e encorajada com apoio do Ministério através do Selo “Orgulho Moçambicano. Made In Mozambique” a possibilidade da empresa contribuir para valorização da produção nacional.

A Direcção do Ministério felicitou e encorajou os empreendimentos a fortalecer, modernizar e alargar a sua capacidade produtiva.



IX. OUTRAS ACTIVIDADES COMPLEMENTARES A AGENDA

Durante o Conselho Coordenador e na linha dos temas abordados de acordo com a agenda, Sua Excelência Ministro manteve encontros com os SPAE's e DPIC's bem assim com a Conselheira Comercial.

Na sequência, os membros do

Conselho Consultivo igualmente interagiram com os Directores dos Serviços Provinciais de Actividades Económicas, Directores Provinciais da Indústria e Comércio, Directores Executivos dos BAÚs, enfatizando-se a necessidade da construção de um ecossistema operacional cada vez mais integrado e consistente.



X. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

10.1. Apresentação da Matriz de Deliberações

O XVIII Conselho Coordenador apreciou e aprovou a Matriz do Plano de deliberações, recomendando a apresentação do

ponto de situação trimestral do mesmo ao Conselho Consultivo e órgãos colegiais dos Governos Provinciais como instrumento orientador para verificação final no próximo Conselho Coordenador.

10.2. Nomeação do GPC 2021

O XVIII Conselho Coordenador apreciou e aprovou a composição do Grupo de Preparação do XIX Conselho Coordenador para o ano 2021, composto pelos quadros das unidades orgânicas e tuteladas (DNCE-Claire Zimba, DPE-Lola Monjane, DNADSP- Gilberto Mabunda, INNOQ-Sónia Faite, IPEME-Siro Álvaro, INAE-Cilda Novela e SPAE/DPIC da província anfitriã).

10.3. Discurso de Encerramento

Sua Excelência Ministro, no seu discurso de encerramento, referiu a serenidade e clareza da abordagem tida relativamente aos desafios que o MIC tem em sede da planificação integrada, dinamização industrial e da comercialização agrícola bem como ao acesso sustentável de mercados.

Salientou o facto do MIC ser uma instituição na vanguarda do impulsionamento de desenvolvimento económico gravitando nele um ecossistema institucional que combina “trabalho em equipa e coesão” a partir das unidades orgânicas, SPAE’s e DPIC’s.

Recordou e partilhou o facto de que no país, existe uma prevalência de cerca de 43% de desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos, o que representa uma taxa elevada e preocupante considerando que cerca de 2 milhões destas crianças estão afectadas por atraso de crescimento e do fraco desenvolvimento cognitivo. Insistiu que esta situação demanda um papel activo do sector da Indústria o que justifica que o Governo esteja a implementar em todo país a estratégia de fortificação de alimentos para o consumo massivo de alimentos fortificados com micronutrientes actualmente em expansão para as unidades de micro e pequenas dimensões.

Enfatizou que a melhoria do ambiente de negócios continua a ser um dos vectores importantes na acção governativa do sector, devendo prever não apenas estímulos fiscais, mas como também os não fiscais para além das necessárias reformas. Justificou que para melhor desenvolver o comércio interno e internacional no qual o país está inserido, o Governo esta a incentivar o uso dos serviços de intermediação através da Bolsa de Mercadorias de Moçambique e dar passos de melhor efectividade para operacionalizar a Autoridade Reguladora de Concorrência.

Enfatizou que o facto do Conselho

Coordenador ter endossado o avanço na modelagem operacional do documento final do PRONAIMO bem assim o seu cronograma, com enfoque na substituição de importações e colaboração com o MADER, cria bases estratégicas para a operacionalização mais mensurável dos seus instrumentos de política e estratégias e a visão do sector que igualmente estará reflectido no seu Plano Estratégico com impacto na redução do défice da balança comercial.

Felicitou e agradeceu o trabalho realizado pelas equipas técnicas de trabalho do XVIII Conselho Coordenador e a passagem de pastas com integração que os mesmos devem prestar ao novo Grupo de Preparação do XIX Conselho Coordenador a realizar-se em 2021, na Província que será escolhida e anunciada.

Agradeceu igualmente a prontidão

colaborativa e cometimento de articulação permanente expresso pelos SPAE's e as DPIC's durante a audiência mantida em prol do cumprimento dos desafios que se colocam ao sector particularmente aos projectos estruturantes no âmbito do PQG.

Reiterou a estrita observância das medidas de prevenção contra o COVID-19, desejou bom regresso aos membros do Conselho Coordenador e especialmente aos Directores dos Serviços Provinciais de Actividades Económicas, Directores Provinciais da Indústria e Comércio, Directores Executivos dos BAÚs e a Conselheira Comercial afecta na Bélgica e Países Baixos. Declarou encerrado o XVIII Conselho Coordenador.

Posto Administrativo de
Chidenguele, Distrito de
Mandlakazi, aos 16 de Outubro de
2020.



MATRIZ DE ACÇÕES DO XVIII CONSELHO COORDENADOR

N/O	TEMAS	ACÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	RESPONSÁVEL	INTERVENIENTES	PRAZO	MONITORIA	
								MEIO	INSTRUM.
BLOCO I : PLANIFICAÇÃO									
1	Plano de Acção de Implementação dos Projectos Estruturantes	Os SPAEs e DPICs devem alimentar e actualizar o plano de acção dos projectos estruturantes.	Actualizados o plano de acção dos projectos nas provincias	Números de projectos operacionais	SPAEs e DPICs	DPE	Dezembro 2020	CT e CC	Síntese do CT e CC
		Inserir e implementar os projectos estruturantes nos planos anuais de actividades provinciais.	Inseridos e implementados os projectos estruturantes nas provincias				Maio 2020		
			Partilhar o discurso de abertura do XVIII CC com todos Directores dos SPAEs e Directores PICs para o entendimento das orientações do sector da indústria e comércio	Melhor entendimento das orientações do sector da indústria e comércio	Confirmação da recepção por parte dos DSPAEs e DPICs	DPE	SPAEs e DPICs	Final do XVIII CC	Gab. SP
2	Balanço Preliminar do Plano Económico e Social PES 2024 (Jan - Setembro)	Os conselheiros comerciais (CC) devem dinamizar a mobilização e atração de interesses privados para o país.	Mobilizados e atraídos investimentos para o país	Números de Contactos empresariais realizados e interessados a investir no país	CC	APIEX e DNCE	Permanente	N/A	Relatórios periódicos

Balanço Preliminar do Plano Económico e Social PES 2024 (Jan - Setembro)	Promover a criação de zonas e parque industrial através da reserva de espaços nas províncias de Maputo, Cidade de Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, Namputa, Cabo Delegado e Niassa.	Áreas para as zonas e parques indústrias demarcadas e legalizadas (DUAT)	Zonas identificadas e legalizadas	SPAEs e DPICs	DNI e APIEX	Permanente	N/A	Relatórios
	Continuar a promover a criação de zonas e parques industrial e Legalizar os espaços já identificados nas províncias de Sofala, Manica e Tete.	Áreas para as zonas e parques indústrias demarcadas e legalizadas (DUAT), com destaque as identificadas	Outras zonas identificadas e legalizadas	SPAEs e DPICs	DNI e APIEX	Permanente	N/A	Relatórios periódicos
	Assegurar a reserva alimentar, através de uma cláusula contratual, no processo de gestão dos silos com os privados.	Incorporado uma cláusula que salvaguarda a reserva alimentar no contrato de gestão dos silos	Incluída a cláusula no Contrato de gestão dos silos	GJ	ICM	Dezembro 2020	N/A	Contrato
	Garantir a reserva alimentar nas provinciais .	Garantida a reserva alimentar com a colaboração dos Governos das Províncias	Quantidades física existente nos armazéns dos produtos alimentares	SPAEs e DPICs	ICM e DNCI	Maio 2021	CT e CC	Síntese do CT e CC
	Sensibilizar e estabelecer contratos de comercialização de produtos nacionais com intervenientes (Mukheristas e grandes superfícies)	Sinsibilizados os intervenientes da comercialização agrícola	Lista dos intervenientes	SPAEs e DPICs	DNCI, ICM e BMM	Permanente	CT e CC	Síntese do CT e CC
		Contratos celebrados e aumento de participação dos intervenientes na compra de produtos locais	Aumento do volume de comercialização e o registo dos contratos	SPAEs e DPICs	DNCI, ICM e BMM	Permanente	CT e CC	Síntese do CT e CC

3	Metodologia sobre Planificação	Promover o trabalho colectivo, articulado e melhor comunicação entre o órgão de representação do Governo Central e o órgão do Governo Descentralizado na prossecução das actividades do sector da Indústria e Comércio	Melhorado o processo de gestão e o desempenho de realização das actividades de sector da indústria e Comércio	Ambiente de trabalho saudável	SPAEs e	DPE e Tuteladas	Permanente	CT e CC	Síntese do CT e CC
4	Quadro de Reforma Legal sobre Descentralização	Efectuar o levantamento e revisão da legislação do sector impactada pela descentralização	Legislação revista	Lista de legislação identificadas	DPICs GJ	Unidades orgânicas e Tuteladas	Maior 2021	CT e CC	Síntese do CT e CC
BLOCO II : INDUSTRIALIZAÇÃO									
5	Proposta de Programa Nacional de Industrialização	Concluir e submeter o documento do modelo operacional do Programa Nacional de Industrializar Moçambique -PRONAIMO	Concluído e submetido a Direcção do MIC o modelo operacional do PRONAIMO	Documento do PRONAIMO	DPE	Unidades Orgânicas, Tuteladas, SPAE e DPICs	Dezembro 2020	CT e CC	Síntese do CT e CC
6	Reflexão sobre o Consumo Nacional	Incluir no referencial da revisão os aspectos qualitativos, factores integradores nacionais, corporativas e avançar na institucionalização de um "Programa Integrado de Valorização da Produção Nacional" salvaguardando, o quadro legal do selo e sua tipologia	Consolidado o referencial da revisão e apresentado no Conselho de Ministro	Documento sobre o referencial	DNI	Unidades Orgânicas, Tuteladas, SPAEs e DPICs	Dezembro 2020	CT e CC	Síntese do CT e CC
		Promover de forma estratégica a produção, o consumo e a exportação dos produtos nacionais	Promovida a valorização da produção nacional com impacto na balança comercial através de um plano estratégico de comunicação	Plano extratético executado	DCI	DNI, SPAEs e DPICs	Permanente	CT e CC	Síntese do CT e CC

7	Política Fiscal no Contexto da Industrialização	Submeter propostas do sector para a revisão da Lei e Regulamento de Investimentos; Imposto de Consumo Específicos e a Pauta Aduaneira junto do MEF.	Proposta de revisão dos instrumentos de política fiscal elaborado e submetida ao MEF	Documento de proposta de revisão dos instrumentos	GJ	Unidades Orgânicas, - Tuteladas (DNI, DASP, DNCE, APIEX)	Dezembro 2020	CT e CC	Síntese do CT e CC
		Submeter as propostas de revisão de isenção de IVA na cadeia de valor do açúcar, óleo e sabão com as respectivas contrapartidas	Proposta de revisão do código do IVA submetida ao MEF	Documento de proposta de revisão do código do IVA	GJ	DNCI e DNI	Outubro 2020	CT e CC	Síntese do CT e CC
8	Sustenta - Programa Nacional de Integração da Agricultura Familiar em Cadeias de Valor Produtivas	Integrar na matriz estruturante do MIC o roteiro operacional do SUSTENTA os vectores industrialização, comercialização e internacionalização de cadeias de valor.	Integrado os vectores industrialização, comercialização e internacionalização no roteiro operacional do sustenta	O programa SUSTENTA operacional em toda cadeia de valor	DPE	MADER	Maio 2021	CT e CC	Síntese do CT e CC
		Assegurar a implementação integrada e acompanhamento do sustenta a nível provincial.	Assegurado a implementação integrada do sustenta nas províncias	Plano de monitoria de implementação do sustenta	SPAÊ's e DPIC's	DPAP	Permanente	N/A	Relatórios periódicos
9		Realizar um encontro entre o MIC e MADER no âmbito da operacionalização do Programa Sustenta para estabelecer o mecanismo de definição de preços de produtos agrícolas no produtor.	Estabelecido o mecanismo de definição de preços de mercadorias agrícolas no produtor	Existência de mecanismo de definição de preços	BMM	ICM e MADER (Dir. Nac. De Coopera. E Mercados, FNDS)	Abril 2021	CT e CC	Síntese do CT e CC
		Promover e Consumir os produtos da Incubadora de Manica	Assegurando a promoção e o consumo dos produtos da incubadora de Manica	Índice de procura dos produtos da incubadora	IPEME	Unidades Orgânicas, SPAÊs e DPICs	Permanente	CT e CC	Síntese do CT e CC

9	Expansão e Sustentabilidade das Incubadoras com Vista a Criação de Condições para o Fortalecimento das Capacidades de MPMEs	Formalizar junto do Governo da Índia através do Alto Comissariado em Moçambique do pedido de apoio para o processo expansão e linhas de financiamento para aquisição dos equipamentos.	Formalizado o pedido de apoio para aquisição de equipamentos	Enviado e confirmado a recepção do ofício	Gabinete do Ministro	IPEME	Maio 2021	Secretariado do Gabinete do Ministro	Registo no livro de saída
		Proseguir com a mobilização de parcerias junto dos parceiros de cooperação, incluindo a empresa Total de Moçambique	Mobilizado parceiros para viabilidade das incubadoras	Viabilizado técnica, financeira e economicamente as incubadoras	Gabinete do Ministro	IPEME	Permanente	CT e CC	Síntese do CT e CC
			Assegurados apoios para os projectos estruturantes do MIC	Nível de implementação dos projectos estruturantes		IPEME, INNOQ, SPAES e DPICs	Outubro 2020	CT e CC	Síntese do CT e CC
		BLOCO III : ACESSO SUSTENTÁVEL AOS MERCADOS							
10	Oportunidades de Acesso aos Mercados e Mecanismos de Promoção de Investimento	Selecionar e promover cadeias de valores de produtos locais para mercado externo	Identificados e promovidos produtos locais para o mercado externo	Acesso gradual de mercado externo	SPAE's e DPIC's	DNCE, APIEX, BMM, ICM	Permanente	N/A	Relatórios periódicos
		Aprovar o guião e o modelo operacional dos Conselheiros Comerciais	Aprovado e em implementação do guião operacional com indicadores de responsabilização e resultados	Guião operacional	DNCE	GJ e APIEX	Dezembro 2020	CT e CC	Síntese do CT e CC
		Enviar a informação e material promocional actualizado para os Conselheiros Comerciais e as Missões Diplomáticas e Consulares	Dotar as Missões Diplomatas e Consulares e os Conselheiros Comerciais de materiais promocionais actualizados.	Recepção do material nas missões	DNCE e APIEX	SPAES, DPICs	Permanente	N/A	Relatórios periódicos
		Elaborar manuais/guiões de mercado	Elaborados e implementados os guiões de mercados do domínio das SPAE's e DPIC's	Manuais/guiões de mercados	DNCE	SPAES, DPIC's e APIEX	Maio 2021	CT e CC	Síntese do CT e CC
		Implementar os manuais/guiões de mercado					Dezembro 2021-2024		
		Capacitar as provincias na matéria de acesso ao mercado							

		Avaliar o impacto de implementação dos diferentes acordos multilaterais e bilaterais de acesso a mercados e proceder sua catalogação incluindo a revisão sempre que se justificar. Realizar a inteligência do mercado para os produtos com o potencial de competitividade de acesso Identificar nichos de produtos-bandeira agrícolas e não agrícolas nos distritos, e promover a sua intermediação, para melhorar a capacidade de resposta à demanda do mercado	Atualizados e realizado o balanço de implementação dos diferentes acordos comerciais existentes Assegurado mercados para os produtos nacionais Produtos - bandeira selecionados e promovidos Roteiro e o cronograma operacional implementado nas províncias	Catálogos de diferentes acordos multilaterais e bilaterais Numero de mercados destino Numero de promoções efectuadas Cumprimento do roteiro e o cronograma	DNCE BMM BMM DNCE	GJ e APEX DNCE, ICM, APEX, CC, SPAEs e DPICs ICM, SPAEs e DPICs SPAEs, DPICs e APEX	Maio 2021 Permanente Permanente Março 2021	CT e CC CT e CC CT e CC CT e CC	Síntese do CT e CC Síntese do CT e CC Síntese do CT e CC Contrato
ASPECTOS INSTITUCIONAIS									
12	Cerimónia de abertura e de Encerramento	Enviar cartas de agradecimento aos Governos da Província de Gaza	Enviadas as cartas	Confirmada a recepção	Gabinete do Ministro	SPAEs e DPICs	Outubro 2020	Secretariado do Gabinete do Ministro	Registo no livro de saída
		Desseminar os discursos de abertura e de encerramento Elaborar brochuras sobre o Conselho Coordenador contendo principais constatações e recomendações	Desseminados os discursos Brochuras produzidas	Disponibilidade	DCI	Unidades Orgânicas, Tuteladas, SPAEs e DPICs	Dezembro 2020	CT e CC	Síntese do CT e CC

13	Quadra festiva	Elaborar e implementar o plano nacional da quadra festiva com envolvimento activo das SPAE's e DPIC's.	Implementado o Plano Nacional da quadra festiva	Plano Nacional da quadra festiva	DNCI	SPAE's e DPIC's	Outubro 2020	CT e CC	Síntese do CT e CC
14	Base de dados	O MIC central, os SPAE's e DPIC's devem dominar as estatísticas relacionadas com o sector	Conhecimento sobre as estatísticas do sector da indústria e comércio	Domínio das estatísticas do sector	DPE	Unidades Orgânicas, Tuteladas, SPAE's e DPIC's	Permanente	N/A	N/A
		Criar um portfólio e registo de imagem institucional actualizada para divulgação	Divulgada a imagem institucional	Publicações institucional acessível e apreciada no seio do público	DCI	Unidades Orgânicas, Tuteladas, SPAE's e DPIC's	Permanente	CT e CC	Síntese do CT e CC
		Actualizar permanente os portais corporativos do MIC e tuteladas	Actualizados os portais do MIC e tuteladas	Disponibilidade dos portais	DTI	Unidades Orgânicas e Tuteladas e DCI	Permanente	CT e CC	Relatórios periódicos e Síntese do CT e CC
15	eBAU	Continuar com o processo de expansão e operacionalização do eBAU a nível distrital	Expandido e operacional o eBAU nos distritos	Mayor disponibilidade dos serviços do eBAU nos Distritos	DASP	GJ e BAUS	Maio 2021	CT e CC	Relatórios periódicos e Síntese do CT e CC
16	Estatuto do BAU	Rever o Estatuto Orgânico dos BAUS	Estatuto Orgânico Revisto	Existência do estatuto revisto	DASP	GJ e BAUS		CT e CC	Relatórios periódicos e Síntese do CT e CC
17	Implantação das Delegações	O IPEME, INNOQ e IPI estabelecer delegações nas regiões centro e norte do país.	Delegações estabelecidas nas regiões centro e norte	Existência física das delegações	IPEME, INNOQ e IPI	SPAE's e DPIC's	Maio 2021	CT e CC	Relatórios periódicos e Síntese do CT e CC
18	Capacitação	As orgânicas do MIC, SPAE's e DPIC's devem continuamente melhorar a sua capacidade técnica e humana.	Capacidade institucionais melhoradas	Plano de capacitação	Gabinete do Ministro	Unidades Orgânicas, Tuteladas, SPAE's e DPIC's	Março de 2021	CT e CC	Relatórios periódicos e Síntese do CT e CC

19	Comercialização Agrícola	Capacitar os SDAEs na implementação da Caderneta da comercialização agrícola	Capacitados os SDAEs	Plano de capacitação	DNCI	ICM, BMM, SPAEs e DPICs	Maio 2021	TC e CC	Relatórios periódicos e Síntese do CT e CC
		Liderar e monitorar a implementação da caderneta da comercialização agrícola	Monitorado a implementação da caderneta da comercialização agrícola	Plano de monitoria	SPAEs e DPICs	DNCI e ICM	Maio 2021	N/A	Relatórios periódicos
		Fiscalizar a implementação do previsto no regulamento que institui a caderneta	Fiscalizado a implementação sobre a caderneta	Plano de fiscalização	INAE	SPAEs e DPICs	Permanente	N/A	Relatórios periódicos
20	Base de dados	Solicitar o ponto de situação e Perspectivas de operacionalização do CAIC ao ICEPE	Solicitado o ponto de situação	Enviado e confirmado a recepção do ofício	DNI	Gabinete do Ministro	Outubro 2020	Secretariado do Gabinete do Ministro	Registo no livro de saída
		Efectuar limpeza geral das instalações do complexo	Instalações limpas	Relatório	Gestores do complexo	SPAEs e DPICs de Gaza	Outubro 2020	N/A	Relatórios periódicos
21	eBAU	Apoiar na obtenção do selo Made In Mozambique por forma a realçar a produção nacional	Obtido o selo Made In Mozambique	Requerimento do proprietário a manifestar interesse de obtenção do selo	SPAEs e DPICs	DNI	Maio 2021	N/A	Relatórios periódicos
		Sensibilizar o proprietário no uso de normas de qualidade	Aplicado as regras normativas de qualidade	Registo de aplicação das regras bormativas	SPAEs e DPICs	INNOQ	Maio 2021	N/A	Relatórios periódicos
		Melhorar as condições técnicas das instalações para o cumprimento dos requisitos higiénicos e sanitários	Melhoradas as condições técnicas e cumpridas os requisitos sobre a higiene e medidas sanitárias	Registo do cumprimento dos requisitos higiénicos e sanitários	SPAEs de Gaza	Proprietário e DPIC Gaza	Maio 2021	N/A	Relatórios periódicos



GALERIA DE FOTOS: Sessão de Abertura





GALERIA DE FOTOS: Sessão de encerramento





GALERIA DE FOTOS: Visita à Empreendimentos Industriais e Exposição de produtos locais





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

GRUPO DE PREPARAÇÃO DO CONSELHO COORDENADOR
(GPC)

Grupos de Trabalho	
N.º	Composição dos Grupos
GPC	
1	Jorge Jairoce - Secretário Permanente
2	Edgar Augusto - DPE
3	Agonias Macia - DNCE
4	Dito Nhantumbo - DNCI
5	Eriksson Duarte - DNI
6	Oswalda Wilson - DASP
7	Aurora Boene - DPE
LOGÍSTICA	
1	Jorge Jairoce - Secretário Permanente
2	Manuel Matsinhe - DAF
3	Elias Mabui - DA
4	Celso Nhantumbo - DPIC Gaza
COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	
1	Assane Ibraimo - DCI
2	Ana Bela Khan - GM
3	Henrique Machava - DCI
4	Palmira Nuvunga - DCI
5	Olívia Navesse - DCI
6	Vicente Chiconela - DCI
7	Cláudia Ulisses - DPIC Gaza
SECRETARIADO SÍNTESES/DOCUMENTOS	
1	José Meque - IPI
2	José Libombo - IPEME
3	Geraldo Albazine - INNOQ
4	Dário Muianga - IPEME
5	Honório Cumbe - IPI
6	Carlos Langa – ICM
7	José Pachane – DAF

ELABORAÇÃO DO COMUNICADO FINAL E PLANO DE ACÇÃO	
1	Claire Zimba – DNCE
2	Edgar Augusto – DPE
3	Sidónio dos Santos - DNI
4	Alfredo Sitoe - INNOQ
5	Aurora Boene - DPEE
GRUPO DE AVANÇO	
1	Jorge Jairoce - Secretário Permanente
2	Edgar Augusto - DPE
3	Oswalda Wilson - DASP
4	Dito Nhantumbo - DNCI
5	Eriksson Duarte - DNI
6	Manuel Matsinhe - DAF
7	Hugo Magaia - DTIC
8	Assane Ibraimo – DCI
GPC PROVINCIAL (PREPARAÇÃO DA VISITA LOCAL, ARTIGO DE OFERTA)	
1	Jorge Fole – SPAE Gaza
2	Lúcia Matimele - DPIC Gaza
3	Cláudia Ulisses - DPIC Gaza
4	Celso Nhantumbo - DPIC Gaza
DISCURSOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO	
1	Joerge Jairoce - Secretário Permanente
2	José Meque – IPI
3	Mahomed Valá - ICM
4	Cerina Mussa - GM
5	Tomás Sartinha - GM
MESTRE DE CERIMÓNIA	
1	Adérito Salvador Mavie - SPAE Sofala
2	Assane Ibraimo – DCI (Suplente)
PORTA-VOZ	
1	Mahomed Valá – ICM
2	Claire Zimba – DNCE (Suplente)



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INAE INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE

APIEX Agência para Promoção de Investimento e Exportação

ICM INSTITUTO DE CEREJAS DE MOÇAMBIQUE

Bolsa de Mercadorias de Moçambique

inno Instituto Nacional de Normalização e Qualidade

iPEME INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS

IDI INSTITUTO DE INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

APIEX Agência para Promoção de Investimento e Exportação

inno Instituto Nacional de Normalização e Qualidade

INAE INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE

ICM INSTITUTO DE CEREJAS DE MOÇAMBIQUE

iPEME INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS

IDI INSTITUTO DE INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

Bolsa de Mercadorias de Moçambique

APIEX Agência para Promoção de Investimento e Exportação

inno Instituto Nacional de Normalização e Qualidade

INAE INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE

ICM INSTITUTO DE CEREJAS DE MOÇAMBIQUE

iPEME INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS



INAE INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE

APIEX Agência para Promoção de Investimento e Exportação

ICM INSTITUTO DE CEREJAS DE MOÇAMBIQUE

Bolsa de Mercadorias de Moçambique

inno Instituto Nacional de Normalização e Qualidade

iPEME INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS

IDI INSTITUTO DE INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

APIEX Agência para Promoção de Investimento e Exportação

inno Instituto Nacional de Normalização e Qualidade

INAE INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE

ICM INSTITUTO DE CEREJAS DE MOÇAMBIQUE

iPEME INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS

IDI INSTITUTO DE INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

Bolsa de Mercadorias de Moçambique

APIEX Agência para Promoção de Investimento e Exportação

inno Instituto Nacional de Normalização e Qualidade

INAE INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE

ICM INSTITUTO DE CEREJAS DE MOÇAMBIQUE

iPEME INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS







INDUSTRIALIZAÇÃO

